



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

Carreira Militar: a Saúde não é só uma arma contra a doença!

Numa altura em que muita tinta tem corrido sobre as eventuais transformações na organização da cúpula das Forças Armadas, importa lembrar que os militares em geral e o Sistema de Saúde Militar (SSM) em particular, há muito que aguardam uma reestruturação capaz de ir ao encontro das necessidades e expectativas de quem presta serviço nas fileiras, tantas vezes em condições de degradação e desamparo, só atenuadas pelo voluntarismo, carácter e resiliência individual.

Sobre a reestruturação do SSM e, em especial, acerca das alterações legislativas que visam os Quadros Especiais de Saúde (QES), atentos às muitas páginas redigidas nas suas várias versões, parecem existir alguns avanços, que carecem de concretização, mas, no geral, prevalece uma dificuldade imensa em encontrar consensos, já para não falar da inacreditável desarticulação entre a reestruturação do SSM e a regulamentação dos QES, como se fossem universos paralelos sem ligações umbilicais.

Desde há muito atenta ao desenrolar destas questões, a AOFA, agora robustecida com a criação do seu Colégio dos Militares Profissionais de Saúde, sublinha a sua total disponibilidade e interesse em colaborar na produção de uma proposta de regulamentação dos QES, acrescentando a visão dos diversos quadros sobre os temas que os regulam.

No entanto, enquanto aguardamos a possibilidade de ver consagrado o direito de integrar grupos de trabalho ou comissões de estudo sobre este assunto, não podemos deixar de assinalar algumas das questões centrais que carecem de um esclarecimento cabal e que focam aspetos cruciais para a carreira dos militares profissionais de saúde e, por isso, também, do SSM. Assim, sobre as questões comuns aos diversos QES:

1. Qual o plano que permitirá inverter as dificuldades de recrutamento e de retenção numa carreira repleta de obrigações e deveres, mas esvaziada de regalias e direitos? Para quando uma solução digna para militares diferenciados em regime

de contrato, que apostaram e em quem a instituição apostou e que deram provas de serem um valor acrescentado para os QES?

2. Continuarão os ingressos nos QES a ser feitos a espaços, sem previsibilidade e rejuvenescimento de quadros, sem rumo na previsão da diferenciação que interessa às partes e cavando intervalos geracionais com reflexos profundamente negativos na organização do trabalho, continuidade do cumprimento das missões e transmissão intergeracional de conhecimento, sustentado na experiência, saber acumulado e missões cumpridas?
3. Qual o modelo de prestação de serviço pensado para garantir uma verdadeira diferenciação técnica nas diversas áreas da saúde militar e que acabe com a luta fratricida pelos recursos, tantas vezes geradora de instabilidade profissional e totalmente incompatível com a superespecialização exigida para o desempenho de excelência?
4. Para quando o reconhecimento da formação singular e independência técnica de cada saber, materializado em QES autónomos e com tratamento equitativo, cuja progressão seja menos ancorada na formação inicial e concedida a devida predominância à formação contínua, ao desempenho profissional e às competências adquiridas ao longo da carreira? Não terá esta pandemia sido suficiente para perceber que a coesão dos QES é incompatível com o risco de extinção das carreiras técnicas e que, à semelhança do que deveria ser apanágio de toda a organização militar, também o SSM prosperará quando acabarem as injustificadas desigualdades de oportunidades e todos assumirem que a multidisciplinaridade é a arma mais poderosa para o sucesso individual e coletivo, e a única capaz de vencer qualquer ameaça?
5. A progressão na carreira, que também assenta na formação militar inicial e contínua, continuará a ignorar a diferenciação técnica exigível aos militares profissionais de saúde sem que daí resulte qualquer reconhecimento? Continuarão as Forças Armadas a querer quadros mais diferenciados, com maiores responsabilidades e obrigações, sempre pelo mesmo valor? Continuarão os especialistas, mestres e doutorados da saúde militar a desenvolver os seus

estudos, quase sempre a expensas próprias, desligados do interesse e benefícios mútuos que os mesmos acarretam?

6. Qual a relação dos militares profissionais de saúde com as entidades que regulam a profissão? Continuarão estes profissionais a suportar os custos da inscrição, das quotas ou da formação contínua, para alguns obrigatória para renovação da carteira profissional, mas, também, no mínimo, um dever deontológico, imperativo ético e condição *sine qua non* para o desempenho de qualquer ato de forma consciente perante a sociedade? Qual a jurisdição daquelas entidades sobre os atos de cada um em contexto operacional?
7. Quando o pedido de abate ao Quadro Permanente é a única saída possível, continuaremos a assistir aos absurdos e infundados valores de indemnização que, para além do desrespeito e desconsideração pelo trabalho desenvolvido na instituição e considerando as disparidades que presenciamos, deixam a nu que esta é apenas uma ferramenta de coação, imoral, que visa exclusivamente a retenção forçada e contra vontade dos militares nas fileiras?

Em síntese, não basta afirmar *ad nauseam* que os militares profissionais de saúde “são a componente mais relevante e diferenciadora” do SSM sem que daí advenha qualquer transformação, que não seja, sistematicamente, a de tentar encontrar forma de manter militares altamente diferenciados, sempre disponíveis, para serem empregues em qualquer cenário e circunstância.

Quanto às questões transversais a todos os militares, do ingresso à aposentação, é hora de acabar com dogmas que esgotam demasiado cedo o entusiasmo de muitos e, pior, empobrecem quase todos. Uma estratégia que atraia os melhores, que estimule e considere a diferenciação profissional e que incentive a excelência não é compatível com a ideia de que a “formação inicial” é condição ou prerrogativa suficiente para garantir uma carreira da base até ao topo ou, ao invés, castrar fatalmente a progressão na carreira, esta última descaradamente exibida estatutariamente, na limitação *ab initio* dos postos a que cada militar pode aspirar, alimentando uma ideia fossilizada de “castas” entre Oficiais e tornando estéril, para alguns, a aquisição de competências ao longo dos muitos anos de serviço. Ou

seja, é imperativo considerar a dedicação, a especialização, a qualidade, o mérito, a diferenciação e o reconhecimento entre pares como ferramentas que permitirão identificar, dotar e promover os mais aptos, de modo a cumprirem os seus deveres e obrigações. Portanto, para se refundarem os valores militares teremos de ir muito além do que se fez nas últimas décadas, entre um EMFAR que incitou à divisão e “pequenos EMFAR” talhados à medida de mandatos políticos ou do carácter das chefias, uma vez que o resultado foram parágrafos que cimentaram a discriminação negativa, a politização das fileiras e um desprezo inqualificável pela condição militar.

Não é por acaso que a carreira militar está hoje entre as menos apetecíveis e, tão grave quanto isto, não premeia de forma justa o mérito, não remunera as competências adquiridas ao longo de décadas, a abnegação individual ou, tão pouco, retribui a disponibilidade para servir onde e quando for necessário ao país. Hoje, os Estados e as instituições que os suportam querem-se modernos, robustos, confiáveis e justos, em benefício das sociedades e dos seus membros. A reestruturação do SSM pode e deve ser uma oportunidade para acabar com um modelo obsoleto de gestão de carreiras e criar um novo paradigma, adaptado a critérios de justiça, coerência, atualidade, modernidade e racionalidade, integrado e participado, fundamentalmente com o contributo e o substrato de quem conhece e domina verdadeiramente este tipo de matérias.

Portanto, qualquer que seja a reorganização das Forças Armadas, do SSM e dos QES, enquanto persistirem ideais que ferem a igualdade de oportunidades entre todos quantos servem a instituição militar ou for mantida a ideia de investir o mínimo esperando dispor do máximo, não se augura nada de novo e tudo não passará de mais uma oportunidade perdida para uma verdadeira modernização. Sob pena de ficar tudo na mesma, isto é, lentamente a definhar entre guerras de bastidores e objetivos desencontrados, o projeto legislativo a aprovar tem de garantir uma resposta inequívoca a muitas questões, algumas aqui identificadas.

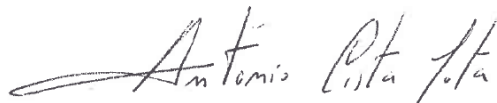
Em resumo, as razões para modernizar as Forças Armadas e galvanizar os seus militares têm de assentar numa estratégia que defenda o respeito pelo princípio da igualdade; que proteja um património comum; que estimule o mérito e a diferenciação técnica; que considere a individualidade de cada saber em QES autónomos; que aponte um

desígnio de longo prazo; e que materialize as legítimas aspirações e expectativas dos militares.

O SSM é um ativo estratégico que não pode ser tratado como arma de arremesso ou bitola que mede a força entre as chefias e, muito menos, uma ferramenta com fins políticos ou para obter dividendos de carreira, à distância de pareceres, diretrizes e propostas de sabedoria questionável. De quem tem o poder para decidir espera-se, acima de tudo, que tenha presente a letra de Séneca: “Comandar não significa dominar, mas cumprir um dever.”

Trafaria, 10 de abril de 2021

O Presidente



António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-Coronel